

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v19i33.909>

ENTRE A HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA: o materialismo histórico como crítica da cultura^{1,2}

BETWEEN HISTORY AND SOCIOLOGY: historical materialism as critique of culture

ENTRE HISTORIA Y SOCIOLOGÍA: el materialismo histórico como crítica de la cultura

JOSÉ DOS SANTOS COSTA JÚNIOR

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0629-3217>

Doutor em História pela UFRGS

Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas, UEPB/CNPq

Campina Grande/Paraíba/Brasil

josedossantoscstajr@gmail.com

ROGER CAMACHO BARRERO JÚNIOR

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4054-127X>

Doutor em História pela UFRGS

Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

São Paulo/São Paulo/Brasil

r.cb.j@hotmail.com

Resumo: O materialismo histórico dialético consiste em uma perspectiva teórico-metodológica de análise histórica, formulado inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels a partir da leitura crítica da filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel na segunda metade do século XIX. O texto propõe uma discussão teórico-metodológica sobre este referencial, apontando a historicidade da teoria, as transformações ocasionadas no materialismo histórico pela geração de intelectuais britânicos na década de 1960 por meio da *New Left Review* e o diálogo interdisciplinar que potencializou a análise das culturas e da formação da classe trabalhadora. As implicações temáticas e teóricas do materialismo na pesquisa empírica são caracterizadas e demonstradas por meio das obras de Edward Thompson e Dorothy Thompson, caracterizando as duas trajetórias intelectuais, as escolhas realizadas e as críticas que articularam acerca do marxismo e materialismo dos anos 1960 e 1970.

Palavras-chave: Teoria da História. Materialismo Histórico Dialético. Interdisciplinaridade.

Abstract: Dialectical historical materialism consists of a theoretical-methodological perspective of historical analysis, formulated in a bulletin by Karl Marx and Friedrich Engels from the critical reading of Georg Wilhelm Friedrich Hegel's philosophy in the second half of the 19th century. The text proposes a theoretical-methodological discussion on this framework, pointing to the historicity of the theory, the transformations caused in historical materialism by the generation of British

¹ Artigo submetido à avaliação em agosto de 2021 e aprovado para publicação em dezembro de 2021.

² Agradecemos à professora Sílvia Petersen, docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelos debates e conversas na disciplina Teoria e Metodologia da História na linha de pesquisa Relações Sociais de Dominação e Resistência, cursada no segundo semestre do curso de doutorado, em 2017. Nela tivemos a oportunidade de verticalizar leituras e debates sobre História Social, Marxismo e Materialismo Histórico e Dialético. Além do debate teórico, propriamente dito, a postura intelectual de Sílvia foi e é objeto de nossa profunda admiração e respeito.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

intellectuals in the 1960s through the New Left Review, and the interdisciplinary dialogue that enhanced the analysis of cultures and the formation of the working class. The thematic and theoretical implications of materialism in empirical research are characterized and demonstrated by the works of Edward Thompson and Dorothy Thompson, featuring both intellectual trajectories, their choices and criticisms about 1960s and 1970s Marxism and materialism.

Keywords: History Theory. Dialectical Historical Materialism. Interdisciplinarity.

Resumen: El materialismo histórico dialéctico consiste en una perspectiva teórico-metodológica del análisis histórico, inicialmente formulada por Karl Marx y Friedrich Engels a partir de la lectura crítica de la filosofía de Georg Wilhelm Friedrich Hegel en la segunda mitad del siglo XIX. El texto propone una discusión teórico-metodológica sobre este marco, señalando la historicidad de la teoría, las transformaciones provocadas en el materialismo histórico por la generación de intelectuales británicos en la década de 1960 a través de la New Left Review y el diálogo interdisciplinario que potenció el análisis de culturas y de la formación de la clase trabajadora. Las implicaciones temáticas y teóricas del materialismo en la investigación empírica se caracterizan y demuestran a través de los trabajos de Edward Thompson y Dorothy Thompson, caracterizando las dos trayectorias intelectuales, las elecciones realizadas y las críticas que articulan sobre el marxismo y el materialismo en las décadas de 1960 y 1970.

Palabras clave: Teoría de la Historia. Materialismo histórico dialéctico. Interdisciplinariedad.

Introdução

Ao acompanharmos a mudança,
descobrimos como chegamos ao que somos hoje.

E. P. Thompson, *A Força dos Trabalhadores*, 1963.

Pode-se supor que hoje, dificilmente, um plano de curso de uma disciplina voltada para a área de Teoria e Metodologia da História e História da Historiografia poderá prescindir da indicação e da promoção de algum debate sobre textos que abordem a concepção materialista dialética da história. E isto sem esquecer-se dos debates críticos e propositivos a respeito desse referencial teórico e das suas implicações epistemológicas, conceituais e metodológicas para a pesquisa histórica. Todavia, dada a significativa contribuição que o *marxismo* e o *materialismo histórico* ofereceram/oferecem para a historiografia a partir do século XIX e XX, os textos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) tornaram-se incontornáveis e obrigatórios para pensar e fazer a formação de estudantes de História e Ciências Sociais.

Neste texto apresentamos uma reflexão teórico-metodológica no campo da História a partir da caracterização e análise das contribuições que o materialismo histórico oferece para a pesquisa. Esta discussão deixará clara a perspectiva interdisciplinar que caracteriza tal debate, uma vez que tanto na História como na Sociologia o materialismo

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

histórico ganhou espaço como referencial analítico para pensar diferentes temas e problemas de pesquisa. Os próprios autores/as que serão mencionados e comentados ao longo desse texto permitirão ver como as suas formulações e análises se deram nessa região de fronteira. Entre historiadores/as e sociólogos/as o debate tem sido profícuo e intenso desde a década de 1920, sendo marcado por críticas e tensões, mas por um inventivo intercâmbio de conceitos, metodologias e perspectivas analíticas sobre a realidade histórica e social (BURKE, 2012; BARROS, 2013a).

A historiografia brasileira e o debate teórico-metodológico sofreram a influência do materialismo histórico desde os anos 1930. Nem sempre houve um rigor conceitual nessa apropriação teórica e os usos e leituras se diferenciaram consideravelmente desde a obra de um historiador como Nelson Werneck Sodré – cuja recepção do marxismo soou problemática e “sem sofisticação teórica” (REIS, 2007), estando ainda muito vinculada à II Internacional e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado em 1922 –, até a apropriação crítica do marxismo por Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Assim como o sociólogo Florestan Fernandes, que deu grande contribuição para pensar, por exemplo, a dependência econômica, o capitalismo brasileiro e as relações étnico-raciais, apropriando-se também da teoria social de Max Weber (1864-1920) para estudar temas como patrimonialismo e cultura política (REIS, 2007). Outro sociólogo que integrou esse debate foi Fernando Henrique Cardoso, que se tornou um analista do “milagre brasileiro” e da ditadura civil-militar nos anos 1970.

De fato, a contribuição do materialismo histórico na historiografia brasileira passou por fases e dinâmicas variadas a depender das instituições, redes de sociabilidade e das releituras desse referencial analítico, que foram sendo operadas ao longo dos anos. Contudo, “[...] não seria correto falar simplesmente em hegemonia do marxismo na historiografia brasileira entre 1930 e 1990, mesmo quando se admite que foi a influência teórica predominante” (JESUS, 2020, p. 385-386), entre outras perspectivas no panorama nacional e internacional. No conjunto das renovações pode-se mencionar a recepção da obra de Edward Palmer Thompson no Brasil entre os anos 1970 e 1980 (MATTOS, 2006). As renovações na historiografia expressaram desde a busca por uma história do cotidiano dos trabalhadores e das práticas de resistência às dominações sociais na cidade do Rio de Janeiro da *belle époque* (CHALHOUB, 1984); a história do trabalho na indústria paulista na virada do XIX para o XX (RAGO, 2014 [1985]); a história dos/as escravizados/as na América Portuguesa (LARA, 1988 [1986]); a crise do sistema colonial e a construção da alternativa monárquica no Brasil (NOVAIS, 1989 [1973]), etc.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

A relação interdisciplinar contribui para os diferentes canteiros de estudos e pesquisas, ao apresentar possibilidades e instrumentos que auxiliam no rigor teórico-metodológico. Articula os diferentes modos de produzir conhecimento, os públicos que poderão mobilizar e se apropriar desse saber e os efeitos acadêmicos, institucionais, sociais e éticos que a pesquisa e a construção social do conhecimento geram. Alinhadas nesse sentido, disciplinas como História e Sociologia muito podem trocar na construção dos objetos de estudo e na delimitação dos procedimentos para abordá-lo. É neste sentido que sistematizamos adiante uma reflexão teórica sobre o campo da História, considerando que as ferramentas do materialismo histórico dialético oferecem questões e possibilidades para um diálogo interdisciplinar sofisticado. Contudo, demonstramos que isto não se circunscreve no nível da especulação teórica ou da descrição metodológica, mas se pode perceber na prática de pesquisa e escrita da história por parte de alguns estudiosos/as, como as linhas a seguir permitirão notar.

Marx e Engels leitores de Hegel

Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras;
o que importa é transformá-lo.

Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, 1845.

Como o conhecimento pode ser uma produção social a favor da transformação e da superação das desigualdades? Ao ler uma frase emblemática como essa da obra *A ideologia alemã* (1845), escrita por Marx e Engels, nota-se uma convocação ao agir no mundo, pois toda transformação somente se efetua por *agência*, conflito e intervenção. Trata-se de uma frase que situa Marx e Engels na contramão de certo *modus operandi* na história da filosofia moderna. Ao recolocar a filosofia como crítica e ação no mundo, visando questionar as condições de produção e reprodução da vida para incidir em processos transformadores, os autores propõem outra noção de conhecimento e sociedade. Longe de uma filosofia encastelada, para Marx e Engels se tratava de pôr a filosofia no lugar não somente da contemplação, mas da intervenção (BARROS, 2013b). O subtítulo dessa obra é “crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas”. Atentando para a própria materialidade de *A ideologia alemã*, se vê que pela quantidade de páginas, organização dos textos e distribuição

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

dos diferentes conteúdos, se trata de uma batalha no plano filosófico cujo objetivo principal foi o de realizar a crítica do pensamento alemão no século XIX. Tal gesto buscou redefinir as bases do conhecimento filosófico, considerando não somente uma “função social” da filosofia, mas a própria dimensão política do “conhecer”.

Dizer que os filósofos até aquele momento apenas tinham interpretado o mundo de diferentes maneiras e que a partir dali seria preciso transformá-lo, não significa um posicionamento contrário à elaboração filosófica. Refere-se ao reconhecimento de que não poderia haver um conhecimento desvinculado do mundo concreto, da realidade partilhada socialmente e do compromisso que a filosofia poderia estabelecer com o mundo material. Na ótica de Marx e Engels, a postura encastelada de alguns pensadores gerou um tipo de teorismo que em nada contribuiria para construir as ferramentas de transformação da realidade. Portanto, eles propuseram a ideia de que o *modo* de conhecer não estivesse distante de uma maneira de agir para transformar o mundo. Essa é uma questão ao mesmo tempo epistemológica e política, uma vez que questiona os critérios e modos de construção, organização, sistematização e circulação do conhecimento. Fica claro como os dois autores compreendiam que o saber muitas vezes foi elaborado para justificar modos de dominação que se ancoraram no modelo europeu de *homem e sociedade* (REIS, 2013). Portanto, a produção do conhecimento e o projeto político europeu de dominação sobre outros povos e culturas foram elementos articulados historicamente e de forma complexa. Ao seu modo, a filosofia da história de Hegel (1995) e a sua compreensão sobre as fases e a “divisão da história universal” permitem pensar sua vinculação ao projeto colonial moderno, constituindo os fundamentos e a racionalidade de tal empreendimento, que urdiu divisões entre *ocidente/oriente*, *racional/irracional*, *masculino/feminino*, entre outras cisões que a teoria cultural e política contemporânea permitem ler criticamente (NANDY, 2015; SAID, 2007; LUGONES, 2014).

A filosofia da história formulada por Marx e Engels somente ganhou maior repercussão e notoriedade no início do século XX (LOWY, 1997), tendo um enorme alcance em diferentes campos como a Filosofia, Sociologia, História e a Ciência Política, entre outras disciplinas que também estavam em seu processo de cientificização na virada do século XIX para o XX (BURKE, 2012). A proposição do materialismo histórico dialético foi possível a partir da leitura que os dois autores fizeram na contramão da dialética elaborada pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). A dialética consiste em um método elaborado para pensar as transformações que se dão em determinado objeto no tempo e que são efeito de uma luta entre forças contrárias, obedecendo a um movimento que tem como

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

resultado a síntese das forças contrárias em um terceiro elemento. Daí o esquema tese-antítese-síntese que, ao correr o risco de simplificar a dialética, ao mesmo tempo pode ser utilizada de forma didática para perceber o que fundamenta tal método, isto é, a ideia de oposição. Parte-se da compreensão de que a realidade é transformada a todo o tempo, sendo puro devir. Esse movimento de transformação é balizado por contradições, isto é, forças contrárias que se somam e se transformam em algo novo. Se em Hegel essa reflexão teve uma dimensão eminentemente teórica e abstrata, no caso de Marx e Engels houve a tentativa de transpor tal dialética para entender processos na vida social marcados pela produção/reprodução da riqueza material.

Em Hegel a dialética é idealista, ou seja, as transformações são pensadas sempre no plano das ideias e de como suas mudanças operam no mundo da vida. Há a proposição de que o Espírito da Razão comandaria a história. É a transformação no plano das ideias que define o curso da história. Como cópia de um mundo que o antecede idealmente, as mudanças no plano concreto não têm na concreticidade seu ponto de partida. A ideia de uma dialética que implica em *movimento*, *contradição* e *totalidade* e que tem sua origem na antiguidade ocidental com Heráclito de Éfeso (KONDER, 2004) permaneceu ao longo da história da filosofia no Ocidente. Hegel lhe atribuiu novos contornos com o objetivo de apreender a realidade considerada como uma “[...] totalidade dialética” (BARROS, 2013b, p. 38). O real para este filósofo é racional, e em contrapartida o racional também é real. Neste sentido,

[...] a dialética assume aqui sua forma moderna. Hegel verá nela certo sentido, e não simplesmente um imprevisível entrelaço de forças diversas. Para Hegel, este sentido é o aprimoramento, o desvelamento, a objetivação da Razão, grande sujeito de sua história universal. Há um ponto a ser atingido pela Dialética Hegeliana – um ‘telos’, isto é, um fim a alcançar. Como os iluministas do século XVIII, Hegel acredita no Progresso, no inevitável progresso da humanidade. Mas ele vê essa caminhada rumo a um futuro cada vez mais aperfeiçoado não como uma simples linha reta, e sim como uma sucessão de círculos dialéticos que se resolvem uns nos outros. (BARROS, 2013b, p. 38-39).

Hegel formulou uma filosofia da história ancorada na ideia de “progresso” como sucessão de fases e processos dialéticos. Seu livro *Fenomenologia do Espírito* (1807), escrito em Viena, dedica-se “[...] à exposição do saber que aparece (*erscheinende*)”, procurando levar “[...] a uma aparição visível e apresentar o saber daquilo que está no fundamento de tudo” (LUDWIG, 2017, p. 13). “A essência das coisas que nos são conhecidas não está apenas nas coisas, mas tem uma aparição (*Erscheinung*), uma aparência (*Schein*)”, considerando que aqui

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

a ideia de aparência não está carregada de nenhum valor negativo (LUDWIG, 2017, p. 13), pois como afirma Ralph Ludwig (2017), o leito do rio no qual está ancorado o pensamento de Hegel é o idealismo alemão.

Trata-se de pensar que existe uma abordagem única para todo ser nesse pensamento, isto é, esse fundamento espiritual e ideal que está no mundo. Ao longo da história da filosofia, tais pressupostos foram frontalmente questionados. Basta lembrar que o Iluminismo abriu as portas para que, posteriormente, as Ciências da Natureza se baseassem na razão humana, fazendo da natureza “[...] o conteúdo verdadeiro de todo conhecimento” (LUDWIG, 2017, p. 19). Assim, “[...] o experimento passou a compor o plano de frente e, sob o mote do empirismo, recebeu a consagração suprema do conhecimento humano, até desembocar, em seu ápice, no materialismo mecanicista dos séculos XVII e XVIII”. Portanto, “[...] os novos conceitos fundamentais passaram a ser então a força e a matéria, e começou-se a explicitar o acontecimento da natureza sem Deus, apenas com auxílio da conexão causa-efeito” (LUDWIG, 2017, p. 19). Em seu *Palavras-chave*, Raymond Williams (2003) dedicou-se a pensar a história das palavras, traçando o que ele sugeriu no subtítulo como um “vocabulário de cultura e sociedade”. Sobre o termo materialismo, este autor marxista diz:

A crítica de Marx ao materialismo até agora descrita aceitava as explicações físicas da origem da natureza e da vida, mas rejeitava as formas derivadas da argumentação social e moral, e caracterizava toda essa tendência como materialismo mecânico. Essa forma de materialismo isolou os objetos e a atividade humana como *subjetivas*. Daí a distinção feita por Marx entre um **materialismo mecânico** convencional e um novo **materialismo histórico**, que incluiria a atividade humana como força primordial. Uma distinção é importante, mas deixa muitas questões sem solução. A atividade econômica humana - o desempenho dos homens em um ambiente físico - era considerada primária, mas, de acordo com uma interpretação, todas as outras atividades sociais, culturais e morais eram simplesmente derivadas dessa atividade primária. [...]. O sentido de interação de Marx [...] foi generalizado por Engels como materialismo dialético [...] e estendido a um sentido de leis, não apenas de desenvolvimento histórico, mas de todos os processos naturais ou físicos. Nessa formulação, que é uma versão do marxismo, o **materialismo histórico** se refere à atividade humana e o **materialismo dialético** aos processos universais. (WILLIAMS, 2003, p. 217, grifo do autor)³.

Na esteira das transformações pelas quais vinha passando a própria história da filosofia moderna, Marx e Engels emergiram como aqueles que subverteram a dialética hegeliana de caráter idealista para propor um materialismo histórico dialético como

³ Tradução nossa do espanhol.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

ferramenta de análise do real concreto. Tratava-se, de acordo com a crítica de Marx a Ludwig Feuerbach (1804-1870) em carta de 1845, de romper com um “materialismo contemplativo”, pois para Marx esse modo de fazer a filosofia “[...] não concebia o sensível como atividade prática” e gerava “[...] a contemplação dos indivíduos singulares na ‘sociedade burguesa’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 539).

O materialismo histórico proposto por estes autores evidenciaria a dimensão prática e sensível da vida humana, sem apelo de qualquer sorte às forças sobrenaturais, divinas ou metafísicas que pudessem definir o percurso das sociedades. Em outro trecho Marx afirmava que “[...] a vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática” (MARX; ENGELS, 2007, p. 539). Sem entrar no debate sobre a possível separação e distinção entre o materialismo histórico dialético como paradigma historiográfico e o marxismo como programa de ação política (BARROS, 2013b; CARVALHO, 2018), a própria forma como Marx e Engels organizaram sua conceituação permite perceber que não existe separação entre elaboração científica e intervenção política, pois o método dialético permite um diagnóstico que deve ser encarado com seriedade e compromisso (HOBSBAWM, 2013, p. 225). O enfoque reside na reflexão histórica sobre como o capitalismo produz e atualiza formas de dominação, daí a relevância da crítica da economia política de Marx e Engels ter ocorrido na contramão de economistas clássicos como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), que analisaram a economia em “[...] uma perspectiva burguesa” (CARVALHO, 2018, p. 146).

Em *A ideologia alemã* e nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, estes últimos escritos em Paris em 1844, Marx faz uma crítica à dialética hegeliana como puro idealismo, por não considerar que são as condições materiais de produção e reprodução da vida em sociedade que ditam o curso da história, e não o contrário. Assim, “[...] uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, *tem* que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social” (NETTO, 2011, p. 40, grifo nosso). O materialismo histórico dialético refere-se a uma compreensão acerca da história como “processo”, termo caro a autores que se vincularam a esta tradição crítica posteriormente (FREITAS, 1994). De acordo com José de Assunção Barros (2013, p. 15), o materialismo histórico pode ser entendido como uma “[...] teoria da história cuja influência não se dá apenas relativamente à própria historiografia marxista, mas também em relação a correntes historiográficas várias, uma vez que diversos dos conceitos consolidados pelo materialismo histórico” integram hoje o repertório teórico da comunidade de historiadores, sociólogos, antropólogos e politólogos

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

(BURKE, 2012). De saída, nota-se como o próprio termo *materialismo* indica uma oposição ao *idealismo* hegeliano.

O momento no qual Marx e Engels escreveram ajuda a entender porque essas condições materiais de existência foram vistas com atenção, possibilitando mudanças na compreensão da história, da economia e dos modos de investigar o real. Sílvia Petersen Petersen e Barbara Lovato enfatizam que

[...] foi no contexto das frustrações que se seguiram à revolução de 1830 na França, dos anos de fome na Alemanha e Grã-Bretanha, do empobrecimento cada vez maior dos pobres e do enriquecimento dos ricos, da exploração introduzida pelo capitalismo e potencializada pela industrialização, que surgiu o materialismo histórico dialético. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 97).

Ao afirmar que o materialismo histórico é uma teoria da história, considera-se que para Marx

[...] a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta [...] de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista [...]. Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é *o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. (NETTO, 2011, p. 20-21, grifo nosso).

Nada mais de idealismo, metafísica, transcendência ou qualquer outro modo de reproduzir uma compreensão do processo histórico que pudesse justificar a história por entes não históricos como divindades, ou mesmo o *Zeitgeist* (espírito do tempo) hegeliano. A história focalizaria os processos nos quais a humanidade se constrói em lutas, resistências e conquistas ancoradas em bases materiais específicas. Trazer a história para o rés do chão, esta era a lição dada por estes autores na formulação do materialismo histórico. Neste sentido, a teoria funcionaria como uma expectativa em relação ao objeto de estudo que deve ser empiricamente compreendido e descrito. Contudo, pode-se “[...] assinalar que a dialética não

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

opera conceitualmente a partir da própria ideia, conformando ‘tipos ideias’, à maneira de [Max] Weber” (SENA JÚNIOR, 2004, p. 62).

Portanto, se nas Ciências Humanas não se pode prescindir do uso dos conceitos como ferramentas de análise, por outro lado é preciso ter uma compreensão crítica do potencial analítico que as ferramentas conceituais oferecem em termos de limites e possibilidades na construção do conhecimento (BARROS, 2016). Este tem sempre uma carga subjetiva, mas o conceito ajuda a mediar aquilo que se pode ver e entender, e aquilo que o fenômeno é. O teórico é uma chave para compreender o real sem incorrer nas ilusões do aparente. O enfoque na materialidade ajuda a perceber os diferentes movimentos e mudanças que compõem a realidade. Ao definir o objeto de estudo, o historiador que mobiliza as ferramentas do materialismo histórico estará dedicado à compreensão dos movimentos conflitivos e contraditórios que compõem a realidade. A mais clássica e estruturante contradição que organiza a compreensão materialista dialética da história é aquela que se dá entre capital e trabalho (MARX, 2017 e IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O concreto é visto em um primeiro momento como expressando a realidade, mas uma leitura materialista dialética desconfiará das aparências do real (tese), passando para um segundo momento que diz respeito à análise dos elementos intrínsecos a esse real (antítese ou negação) para que assim se possa novamente voltar ao real (síntese ou negação da negação), mas lendo-o nesse terceiro momento de uma forma diferente. Uma análise materialista dialética tem um potencial analítico e crítico em relação à ideologia, que cria estratégias de manipulação do real. Deve-se ter o cuidado não apenas metodológico e conceitual, mas ético-político para desconfiar e buscar perceber o que condiciona determinadas informações, conteúdos e narrativas sobre a realidade. A ideologia – que por natureza faz parte do grupo política e economicamente dominante na sociedade capitalista – faz uso de diferentes engrenagens para impedir a tomada da consciência da classe trabalhadora sobre a realidade que a oprime. Pode-se ver isto na exposição da filósofa Marilena Chauí (1994) sobre a concepção marxista de ideologia. Para ela não faz sentido falar em ideologia dos dominantes e ideologia dos dominados, visto que é um contrassenso.

A produção da ideologia é parte do processo de dominação capitalista que visa se expressar não somente em termos econômicos, mas também na construção social do conhecimento, garantindo assim os meios necessários para a manutenção de suas estratégias. Considerando que a ideologia é produto da classe dominante e que esta ocupa o Estado para dele extrair os meios para manter-se no poder, foi no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848, em Londres, que Marx e Engels afirmaram: “[...] o poder

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

executivo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2010, p. 42). Portanto, a formulação do materialismo histórico em sua acepção clássica permite compreender como a análise e a intervenção no real caminham em conjunto. Isto faz repensar o papel da filosofia e dos modelos epistemológicos considerados pertinentes ou não na perspectiva materialista dialética. Em face de um diagnóstico desses, a teorização marxista apresentou uma terapêutica, um conjunto de significados e procedimentos pertinentes à transformação do mundo. Se isto vincula a abordagem marxista às filosofias da história nos oitocentos, tal aspecto permite entender o grau de continuidade e descontinuidade dessa teoria da história em relação às suas antecessoras, sem desqualificá-la.

Diante disso, a história social enquanto perspectiva de abordagem para fazer a história da sociedade tem no materialismo histórico dialético uma teoria e uma metodologia capazes de construir uma análise da realidade do passado e do presente de modo crítico e propositivo (HOBSBAWM, 2013). Apesar de o marxismo e o materialismo histórico serem objetos distintos, há nessa perspectiva a compreensão de que conhecer e intervir no mundo não são ações que ocupam instâncias separadas. Tal perspectiva tem um significado muito importante em campos como a Sociologia, Antropologia e Serviço Social, cujas descrições e análises do “social” muitas vezes estão articuladas diretamente a projetos de intervenção em áreas como políticas públicas, ruralidades e estudos sobre modernização capitalista no campo e na cidade.

Pensar a história da cultura

O historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012), ao tematizar a conceituação da história social e o legado dos escritos de Marx e Engels, afirma que “[...] a história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado” (HOBSBAWM, 2013, p. 111). O princípio da totalidade dialética é considerado substancial por este e outros historiadores/as britânicos/as, como Edward Palmer Thompson, Dorothy Thompson, Raymond Williams, Christopher Hill, Richard Hoggart, entre outros. No âmbito da chamada Nova Esquerda e/ou do Partido Comunista Britânico, tais autores fizeram releituras do materialismo histórico passando ao largo das interpretações stalinistas e estruturalistas.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

Vinculados à *New Left Review*, eles (as) criticaram o “[...] escolasticismo e a esterilidade do materialismo histórico do pós-guerra” (SENA JÚNIOR, 2004, p. 55). Do campo da sociologia política, Suely Martins esclarece, a partir do seu diálogo com a obra de Karel Kosic (1926-2003), que “[...] a totalidade não significa todos os fatos, mas a ‘realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIC, 1995 apud MARTINS, 2006, p. 116). Assim, vê-se que a dialética marxista “[...] pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dela tenta-se perceber os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade” (ZAGO, 2013, p. 112). O desafio dessa abordagem reside em “[...] conseguir encontrar um nível de totalidade que preserve em si as características essenciais dos níveis mais abrangentes” (ZAGO, 2013, p. 112-113). A partir da teoria de Marx e Engels passou-se a fazer uma História Social Inglesa, partindo dos conceitos e procedimentos do materialismo para entender em termos históricos e sociológicos as diferentes relações sociais, os níveis e hierarquizações socioeconômicas, fatores culturais e simbólicos que constituíam a sociedade como um todo real e orgânico, eivado de tensões geradoras de transformações qualitativas.

História social como perspectiva de análise e não como um campo específico em termos institucionais, era o que se propunha. Trata-se da história da sociedade compreendida em seus aspectos temporal e espacial. Ao falar em princípios como totalidade e concreticidade, esta abordagem parte da compreensão de que nada na sociedade pode se explicar por si só, mas deve ser analisado e investigado como resultado de operações mais complexas. A ideia de *práxis* refere-se ao fato de que são as relações partilhadas entre homens e mulheres no tempo e espaço que produzem as condições de vida, os conhecimentos, comportamentos, instituições, leis e sistemas sociais. Nada se explica por si só nem deve ser lido como resultado imediato de ideias ou conceitos, pois a consciência, a mentalidade e as categorias são efeitos dessa rede materialmente disposta que nos organiza. Tal raciocínio foi sistematizado nas páginas iniciais de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), no qual Marx disse: “[...] os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram”, e completa: “[...] a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

Emblemática, tal reflexão deixa ver como em Marx a preocupação recaía sobre a colocação do sujeito na história. Contudo, para evitar quaisquer leituras enviesadas que

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

atribuísem ao sujeito uma liberdade ontológica e fora do processo histórico, indicou veementemente que se investigassem as condições materiais de existência. São elas que criam as possibilidades para a produção e reprodução da cultura. Um enfoque tão significativo nas condições materiais de vida parece ter partido não somente de uma exploração teórica, mas de uma vivência. Como tão bem mostrou Peter Stallybrass (2008) em *O casaco de Marx*, o oponente mais feroz da dialética hegeliana viveu em parcas condições econômicas durante seu processo de pesquisa em Londres que resultou na monumental obra *O Capital* (1867), penhorando o seu casaco para poder garantir as condições de sobrevivência de sua família. Do Marx teórico crítico do capitalismo ao Marx esposo, pai e amigo auxiliado economicamente por Engels, não havia distância. Isso permite notar as sutilezas da sua leitura e experiência do mundo naquilo que escreveu, sem ver nisso um espelhamento simplista entre “autor” e “obra”.

Foi durante as décadas de 1950 a 1970 na Grã-Bretanha que o materialismo histórico ganhou novos contornos. Neste novo momento o debate sobre cultura ganhava a cena em diferentes escolas ou paradigmas historiográficos, mas com tratos e percepções variadas. No caso da História Social Inglesa houve uma articulação das ferramentas do materialismo com a crítica da cultura e uma leitura proveniente da antropologia para pensar costumes, práticas, resistências e culturas populares em recortes que privilegiaram os séculos XVII a XIX. Sílvia Petersen e Barbara Lovato comentam que foi

[...] exatamente na Grã-Bretanha, em meio a um conturbado contexto político e social marcado principalmente pela experiência da Segunda Guerra Mundial e pelos movimentos de descolonização no Terceiro Mundo, que um grupo de historiadores marxistas [...] deu contribuições teórico-metodológicas decisivas que iriam transformar não somente o modo de ver o passado britânico como a produção histórica marxista como um todo, estendendo-se sua influência mesmo para outros campos. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 173-174).

O surgimento da história social e dos estudos culturais, cujas bases podem ser encontradas nas obras de Richard Hoggart (1957), Raymond Williams (1958) e Thompson (1963), podem ser vistas como obras que fundamentaram novas bases para a crítica da cultura, criando novos referenciais teórico-metodológicos para pesquisar e analisar a historicidade das culturas (COSTA, 2012). No caso das releituras que irão dar os contornos para a prática de pesquisa em história social, o materialismo histórico permaneceu. De acordo com Petersen e Lovato (2013, p. 174), os historiadores marxistas britânicos “[...] não

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

perderam de vista os princípios do materialismo histórico que Marx e Engels haviam estabelecido para a análise da sociedade”.

A relação entre militância e trabalho intelectual marcou os/as historiadores/as britânicos, cujas

[...] produções mesmo após 1956, quando, motivados por uma série de crises – como as denúncias sobre o stalinismo no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a invasão na Hungria – muitos deles desligaram-se do partido [Comunista Britânico]. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 176).

Nesse grupo, Edward Thompson se destacou tanto pela qualidade de suas pesquisas como pelas posturas diante de uma conjuntura marcada pela Guerra do Vietnã (1955-1975), momento no qual se posicionou contra o armamento nuclear. Thompson atuou na Universidade de Leeds e na Universidade de Warwick. Trabalhou ainda como tutor/professor na educação de jovens e adultos no Departamento de Educação Extra Muros da Universidade de Leeds, em convênio com a Associação Educacional de Trabalhadores. Foi dessa experiência educativa – partilhada com outros autores como Williams e Hoggart – que nasceu a ideia e as questões que o norteariam na escrita de *A formação da classe operária inglesa*, lançada originalmente em 1963 (MATTOS, 2014). Este livro foi encomendado “[...] para ser um manual escolar sobre a história do trabalho entre 1832 a 1845” voltado para esse público de jovens e adultos (PALMER, 2013, p. 19).

Obra de fôlego marcada por uma extraordinária pesquisa documental e uma análise sofisticada sobre o processo de formação da classe trabalhadora, este livro marcou a historiografia britânica contemporânea pelos desdobramentos que deu às ferramentas de análise propostas por Marx e Engels, inovando-as em uma densa relação com a antropologia. Tais debates interdisciplinares ajudaram na conformação dos Estudos Culturais britânicos que tiveram na Escola de Birmingham seu espaço de fermentação e consolidação (ESCOSTEGUY, 1998). Organizada em três volumes, *A formação da classe operária inglesa* se inicia com *A árvore da liberdade* (THOMPSON, 2018a), no qual o autor narra a organização democrática plebeia na Sociedade Londrina de Correspondência no período de 1790

[...] e se desloca abruptamente para discussões a respeito da dissidência religiosa e dos textos de fundação do “radicalismo latente” dos séculos XVIII e XIX [...] antes de se deter sobre os habitantes das “fortalezas de Satanás”, entre os quais superstição, irreligiosidade passiva, preconceito e

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

patriotismo coexistiram com tendências mais contestadoras do *status quo*. Finalmente, ele encerra a Parte I com uma exposição acerca de como a Revolução Industrial foi baseada no legado humano e sócio-político do “inglês livre de nascimento”. (PALMER, 2013, p. 20-21).

No famoso prefácio de Thompson nesse primeiro volume ficou conhecida a definição de *classe social*. Renovando o debate sobre este termo que as Ciências Sociais vinham tomando como objeto de crítica radical e até desprestígio como categoria analítica nos anos 1970 e 1980 no contexto europeu, Thompson ampliou a discussão e mostrou a validade do conceito e seu alcance teórico e político. Diz ele: “[...] por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 2018a, p. 9). A classe não se referia a uma “estrutura”, nem a uma “categoria”, mas dizia respeito a algo que existia efetivamente e tal existência poderia ser demonstrada ao se observar as relações sociais.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam uma identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram [...]. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 2018a, p. 10).

A classe para Thompson aparece como “[...] uma categoria histórica, derivada da observação sobre comportamentos coletivos” (FORTES, 2016, p. 594). Ele havia observado em *A miséria da Teoria*, publicado em 1978, como o conceito de classe social foi objeto de mal entendidos: “[...] nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixiada e des-historicizada do que a categoria de classe social”, pois “[...] uma formação histórica autodefinidora que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores” (THOMPSON, 1981, p. 57).

Há duas dimensões no conceito de classe social: a empírica e a heurística. No primeiro caso se trata de um fenômeno passível de observação a partir das evidências historicamente constituídas. No segundo aspecto ou dimensão, se trata de mobilizá-lo para pensar sobre sociedades e períodos recuados no tempo. Este é o aspecto que o faz pensar

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

sobre a luta de classes em momentos históricos nos quais o termo classe, propriamente, não estava “[...] acessível dentro do próprio sistema cognitivo das pessoas” (THOMPSON, 1989 apud FORTES, 2016, p. 594). Apesar de sua especificidade e historicidade como categoria que emergiu para denominar a consciência das relações sociais no século XIX, ela também “[...] lança luzes sobre processos de polarização em formações sociais anteriores” (FORTES, 2016, p. 595). Em Thompson, “[...] o termo classe social não deve ser visto como se referindo apenas à inserção diferenciada das pessoas no processo produtivo, ao fato de existir um grupo de pessoas que dispõe, e de outro que não dispõe, dos meios materiais de produção” (FREITAS, 1994, p. 224). Assim, “[...] classe refere-se, antes, a toda e qualquer experiência que venha a ser herdada ou vivida por pessoas que partilham uma inserção comum na estrutura produtiva” (FREITAS, 1994, p. 224).

O enfoque na materialidade das condições de vida e na reprodução das desigualdades foi desenvolvido no segundo tomo, *A maldição de Adão*, que abre com a passagem bíblica do livro de *Gênesis* 3: “Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que retornes à terra, pois dela foste formado. Porque tu és pó, e ao pó retornarás”. O livro faz uma discussão sobre exploração, aproximando-se historiograficamente do modelo de história da classe trabalhadora inglesa do qual Perry Anderson acusou Thompson de ter se afastado (PALMER, 2013). Tratava-se de descrever e analisar a “[...] deterioração do padrão de vida de determinados setores da classe trabalhadora”, a exemplo dos trabalhadores do campo, artesãos, tecelões, “[...] e em todas essas declarações Thompson se empenhou em transmitir tanto a diversidade de experiências no seio da classe trabalhadora como os custos gerais impostos aos trabalhadores quando a disciplina capitalista se impõe e reconfigura a vida material”, focalizando menos os aspectos econômicos que os significados políticos (PALMER, 2013, p. 26). Nesse volume Thompson exerceu a sua “prosa cáustica” (PALMER, 2013) e a sua crítica implacável àqueles que adotavam apologias que desprezavam os sofrimentos humanos que ele relatou e analisou de forma indignada. Palmer menciona isso do seguinte modo:

Thompson, que se mostrou enojado com as maneiras como o crescimento abusivo do número de crianças e jovens no mercado de trabalho aumentou ano a ano no curso da Revolução Industrial na Inglaterra, ponderou que “poucas questões desviaram-se tanto da história devido a uma mistura liberal de justificação e ideologia”, e ofereceu uma réplica áspera a Hartwell, sendo sua ofensa registrada por meio de uma refutação perfunctória: “Podemos ser autorizados a reafirmar uma visão mais tradicional: aquela de que a

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

exploração de crianças, nessa escala e nessa intensidade, foi um dos eventos mais vergonhosos de nossa história”. (PALMER, 2013, p. 28).

Sua atitude como historiador deixa claro como a pesquisa histórica estava a serviço de uma causa e alinhada a uma proposta de crítica e intervenção. “Na realidade, o historiador, ou o sociólogo da história, deve se preocupar com duas espécies de juízos de valor [...], os valores realmente partilhados pelos que viveram durante a Revolução Industrial” (THOMPSON, 2018b, p. 432) e em segundo lugar terá de “[...] emitir alguns juízos de valor a respeito do processo global da Revolução Industrial, do qual nós próprios somos um produto” (THOMPSON, 2018b, p. 432-433). Contudo, reconhece que

[...] o nosso envolvimento certamente dificulta a emissão deste juízo. Ainda assim, poderá haver um certo distanciamento, se nos basearmos tanto na crítica romântica do industrialismo que se origina de uma parte dessa experiência quanto no testemunho da tenaz resistência oferecida a ela pelos tecelões manuais e pelos artesãos urbanos ou rurais, que aderiram rapidamente a uma cultura alternativa. (THOMPSON, 2018b, p. 432-433).

Por isso ele “[...] se recusou a fechar os olhos para a insensível indiferença da hierarquia religiosa para com os sofrimentos, especialmente proeminentes entre as mulheres e as crianças, associados à ascensão da nova ordem capitalista industrial, baseada na fábrica” (PALMER, 2013, p. 29). Dando continuidade aos debates das partes I e II, Thompson pôde dedicar-se à análise do processo que antecedeu e deu as bases para a emergência do cartismo nos anos 1830 no terceiro volume, *A força dos trabalhadores* (THOMPSON, 2018c). Francis Place havia sido uma espécie de “arquiteto” no movimento de trabalhadores e foi uma voz importante acerca do constitucionalismo.

A consolidação do artesão dentro do emergente movimento de trabalhadores, associadas a Place, que estruturaram as tradições de mutualidade por meio de um regulamento interno sério, sóbrio e santificado, os quais representaram, simultaneamente, um triunfo da autodisciplina e uma domesticação da substância ameaçadora de parte significativa do modo de vida da classe trabalhadora. (PALMER, 2013, p. 30).

Marcado por essa tensão, o período entre 1790 e 1830 esteve envolvido no desenvolvimento de uma posição de classe mais claramente definida em termos institucionais. Foi o momento de tentar reescrever a história desse processo, tarefa na qual os Hammonds e

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

os Webbs logo se envolveram. Mas tal história “sensata” tinha, na ótica de Thompson, “[...] muito pouco do fogo oculto e da conspiração clandestina” (PALMER, 2013, p. 31). Referenciando *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra em 1844*, de Engels, publicado em 1845:

[...] o qual postulou que as mãos fabris de meados do século XIX formaram o núcleo do “Movimento de Trabalhadores”, Thompson divergiu, sugerindo que, ao contrário, o jacobinismo, o luddismo e o cartismo, todos considerados por ele capítulos vitais na formação da classe trabalhadora, foram menos os produtos das mãos fabris do que de trabalhadores de outros setores e seus aliados e defensores [...]. “A Força dos Trabalhadores”, como Thompson afirmou mais tarde, alvejou diretamente o entendimento simplista sobre a formação da classe proeminente no movimento comunista no final dos anos de 1950, polemizando contra a visão de que “algum tipo de matéria bruta, como os camponeses ‘correndo para as fábricas’, foi então transformada em tantos celeiros de consciência de classe proletária”. (PALMER, 2013, p. 32).

Sua pesquisa sobre as origens da Revolução Industrial na Inglaterra e o processo de formação da classe trabalhadora entre 1790 e 1830 deixa claro como para Thompson a produção do conhecimento histórico estava a serviço de uma causa, de um projeto de sociedade associado a uma perspectiva humanista. Sua companheira, a historiadora Dorothy Thompson, não deixou de reforçar essa problematização nos anos 1990, ao questionar o viés teleológico adotado pelos (as) pesquisadores (as) marxistas:

Na semana passada, compareci a um seminário de história socialista e um dos camaradas disse, como se fosse *en passant*: “Claro que a classe trabalhadora vai transformar o mundo” [...]. Tudo o que o Eric diz sobre o temor ao marxismo e ao seu poder, quando éramos jovens, é obviamente verdade e ele é uma pessoa muito mais séria que eu. No entanto, esse padrão teleológico tem sublinhado grande parte das atividades, da literatura e da teorização: comunismo primitivo, feudalismo, transição do feudalismo para o capitalismo, capitalismo, e finalmente, socialismo. Essas mudanças de sistema deveriam ocorrer através de revoluções violentas e uma vez que a revolução final tivesse ocorrido (produzindo o socialismo), a luta de classes estaria encerrada. A pré-história da sociedade dividida em classes ficaria para trás e a verdadeira luta do homem contra o meio-ambiente começaria. Claro que isso é uma simplificação. Mesmo assim, se nos voltarmos para grande parte do que se escreveu sobre história popular ao longo das nossas vidas, vamos ver alguns dos problemas que essa teleologia acarretou. (THOMPSON, 2004, p. 214).

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

Dorothy Thompson também teve a preocupação de romper com uma visão estruturalista e linear da história que, apesar das mudanças ocasionadas pela geração britânica dos anos 1960, ainda preservava uma leitura teleológica também criticada (e, paradoxalmente, adotada) por Marx e Engels. Seus estudos, em geral, contemplaram questões referentes ao gênero, mas sem deixar de lado a classe, como no seu texto *As mulheres e a radicalidade política no século XIX: uma dimensão ignorada* (THOMPSON, 2013)⁴. Neste ensaio, especificamente, ela mostra como os grupos radicais ingleses tinham uma quantidade expressiva de mulheres entre os seus membros. Quanto a essa questão, ela chega a fazer críticas aos estudos de História das Mulheres: “Quem escreve a história do movimento de libertação das mulheres tem notado a brecha importante que existiu entre as aspirações das lutadoras pela emancipação da classe média e aquelas, localizadas em posições mais baixas na escala social da sociedade vitoriana” (THOMPSON, 2013, p. 1). Uma visão elitista desses sujeitos acabaria por generalizar uma série de experiências díspares e opressões realizadas muitas vezes entre elas mesmas. Em uma conferência realizada no ano de 1968, a historiadora chega a dizer que foi questionada se “As mulheres cartistas reivindicavam creches de 24 horas?” (THOMPSON, 2004, p. 218). Tendo de explicar “[...] que as mulheres cartistas desejavam, na maior parte das vezes, a chance de ficar em casa com seus filhos, em vez de trabalhar numa fábrica. Preferiam receber um mísero auxílio em suas casas e não ter de entregar seus filhos às autoridades da Lei dos Pobres [...]” (THOMPSON, 2004, p. 218). No fundo, sua intenção era de dizer que

[...] o elemento teleológico no pensamento e análise marxistas distorceu, demasiadas vezes, o modo como examinamos a história. E com certeza o modo como examinamos eventos contemporâneos, particularmente em alguns países pós-coloniais. Isso não nega os muitos *insights*, na história e na política, que a leitura de Marx proporcionou a mim e à maior parte de nossa geração. Edward, meu marido, costumava dizer que ele trabalhava no interior de uma tradição marxista e eu diria o mesmo. Há muitos problemas com a tradição; para Edward sempre foi a falta de preocupação com a moralidade, até com uma definição de uma dimensão moral na sociedade. Num nível mais simples é o perigo de abordar eventos históricos com um *kit* de testes pré-pronto e derivado de qualquer tipo de escritura sagrada. (THOMPSON, 2004, p. 218-219).

⁴ Todas as citações desse texto são traduções realizadas pelos autores a partir do espanhol.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

Apesar das críticas, Thompson não nega a contribuição de Marx para os estudos históricos e chega a afastá-lo das acusações que fez sobre os pesquisadores marxistas do século XX. Nesse sentido, ela chega a dizer que:

Talvez seja injusto rotular a sofisticada análise de Marx como teleológica. O próprio Marx saudou a *Origem das Espécies* e a teoria da evolução porque ela oferecia a possibilidade de progresso sem teleologia. Mas a análise marxista é baseada numa visão do desenvolvimento histórico que dita quais são as questões indispensáveis para serem examinadas pelos historiadores [...]. Contudo, poderíamos considerar que a análise marxista não é totalmente teleológica, porque ela termina dizendo que a sociedade tem que encontrar a melhor maneira de sobreviver no planeta. Nos seus próprios termos teóricos, isso não tinha que ser necessariamente o socialismo, embora Marx e Engels pensavam que fosse. (THOMPSON, 2004, p. 219).

Sua defesa de Marx diz respeito a uma possível distorção daquilo que ele teria escrito. Contudo, ela dá margem à dúvida ao dizer que esses fatos talvez sejam plausíveis. Seus estudos dialogam frontalmente com a produção de seu companheiro e dos demais colegas e amigos da *New Left Review*. Como estudiosa da formação da classe operária inglesa, ela se direciona para o século XIX. De acordo com Débora El-Jaick Andrade (2017, p. 4), o ponto de chegada de Edward é o foco de Dorothy, o que dá indícios do compartilhamento de documentos e ideias entre o casal. Porém, o enfoque dela se volta para a centralidade das experiências e agência de mulheres. Tal preocupação estaria relacionada a uma série de debates oriundos dos movimentos de mulheres, crescentes nos anos 1970 (ANDRADE, 2017, p. 5). Como um olhar do presente para o passado, sua produção acaba por absorver problemáticas e somá-las a questões anteriormente levantadas por seus pares ingleses. Mas, vamos voltar um pouco no tempo e, mais uma vez, aos escritos de E. P. Thompson.

O diagnóstico de que a formação da classe operária se deu no período entre 1790 e 1830 é revelado pelo historiador a partir de dois enfoques: primeiramente, o “[...] crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes” (THOMPSON, 2018b, p. 17) e em segundo lugar, o

[...] crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes, além das tradições intelectuais, dos

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária. (THOMPSON, 2018b, p. 17).

Ao analisar o pronunciamento de Lorde Brougham sobre os trabalhadores do algodão, Thompson analisa da seguinte maneira:

[...] sua declaração relaciona, uma após outra, as injustiças sofridas pelos trabalhadores com as mudanças ocorridas no caráter da exploração capitalista: a ascensão de uma classe de mestres, sem qualquer autoridade ou obrigações tradicionais; a distância crescente entre os mestres e os outros homens; a transparência da exploração na mesma fonte da sua nova riqueza e poder; a perda do *status* e, acima de tudo, da independência do trabalhador, reduzido à total dependência dos instrumentos de produção do mestre; a parcialidade da lei; a ruptura da economia familiar tradicional; a disciplina, a monotonia, as horas e as condições de trabalho; a perda do tempo livre e do lazer; a redução do homem ao *status* de “instrumento”. (THOMPSON, 2018c, p. 30).

Isto porque se o capitalismo do século XX, momento no qual ele escrevia, guardava profundas diferenças em relação ao capitalismo industrial do século XVIII, por outro lado as relações de exploração da classe trabalhadora permaneciam. Em relação a isso, era preciso insurgir-se. De acordo com Alexandre Fortes e Antônio Luigi Negro, no prefácio do livro *A peculiaridade dos ingleses*:

A necessidade de uma compreensão histórica do desenvolvimento do capitalismo inglês numa perspectiva marxista tornou-se, assim, o elemento aglutinante das energias intelectuais desses jovens historiadores. Essa grande tarefa coletiva, por outro lado, adequava-se perfeitamente às necessidades políticas do PCCB, o qual, após a experiência de luta antifascista, passava a abandonar progressivamente a estratégia ‘soviética’ de revolução e a esboçar o que foi consagrado no Congresso de 1951 como ‘a via britânica para o socialismo’. Tal estratégia envolvia basicamente a busca do alargamento das conquistas democráticas, herdadas de lutas populares ancestrais, como caminho para a construção do socialismo. (THOMPSON, 2012, p. 31).

Assim como sua companheira, Thompson acredita que os estudos sobre os movimentos de trabalhadores da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX se voltava mais para os interesses partidários de quem escrevia do que a uma análise crítica das fontes. Nesse sentido, ambos acabam por agregar as crenças religiosas e o imaginário social como componentes formadores da classe operária britânica. Dorothy (2013), inclusive, escreve:

Em 1832, a Lei de Reforma deu o sufrágio às classes médias [...]. As classes trabalhadoras em Londres e nas províncias haviam formado parte da pressão que deu lugar à reforma. Mas quando ficou claro que os novos interesses estavam assegurando tanto a irrevogabilidade dos acordos da reforma quanto o fortalecimento legal das exigências da classe média para um melhor disciplinamento da força de trabalho [...], a resposta da classe operária foi de temor diante de um ataque declarado das autoridades às instituições e condições de vida da classe operária combinado com um ressurgimento positivo e esperançoso da atividade política orientada para a ampliação do sufrágio [...] Os cartistas e seus seguidores realmente acreditavam que eles conseguiriam o voto e que o logro estaria seguido de uma atenção maior às necessidades dos trabalhadores por parte das autoridades [...]. Nesse sistema alternativo, as mulheres teriam um papel mais igualitário que aquele que tinham na sociedade contemporânea. (THOMPSON, 2013, p. 2).

A historiadora critica a ideia de que os cartistas teriam de fato alcançado seus objetivos, dizendo que eles seriam otimistas em relação aos seus projetos e àquilo que acabaram concretizando. Ela reforça que tal movimento não era linear e, muito menos, as mulheres que ali trabalharam, pois “[...] este elemento [as pautas relacionadas à equidade entre os sexos] desapareceu do pensamento e da ação radical em algum momento na década de 1840” (THOMPSON, 2013, p. 2-3). Para tanto, ela chega à possibilidade de que as mudanças de paradigmas socioculturais da Inglaterra vitoriana acabaram por mudar o olhar de mulheres e homens sobre a participação feminina em atos e reuniões políticas, pois “[...] parecia que houve uma mudança nas expectativas das mulheres e em suas ideias acerca do seu lugar na sociedade” (THOMPSON, 2013, p. 14) e que em meio à “[...] histórias temerosas sobre as consequências do cuidado das crianças por parte de pessoas não qualificadas e a sobrecarga de trabalho das mulheres e crianças nas zonas industriais” (THOMPSON, 2013, p. 14) é possível compreender que elas poderiam perceber os “[...] benefícios da crescente tendência das mulheres casadas e com filhos a permanecer em suas casas e cuidar deles” (THOMPSON, 2013, p. 14). Tanto Dorothy quanto Edward compreendem que não se pode idealizar os militantes do passado, o que pode ser rompido com uma nova perspectiva sobre esses sujeitos que contemple suas próprias vivências e olhares.

Uma história sobre os de baixo ou vista de baixo?

Os historiadores marxistas britânicos tornaram possível o surgimento de uma *história vista de baixo*, isto é, uma maneira de construir o conhecimento histórico a partir da perspectiva daqueles sujeitos históricos não considerados pela história tradicional. De acordo

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

com Harvey Kaye (1984), essa perspectiva de análise não diz respeito a um olhar sobre os de baixo, mas como os fatos foram entendidos e experienciados por tais sujeitos. Como destaca Eric Hobsbawm (2013) no texto *A história de baixo para cima*:

[...] a maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e talvez o uso prático dos governantes. De fato, certas modalidades de história ainda possuem essa função. Aquelas volumosas biografias neovitorianas de políticos, que recentemente entraram de novo em moda, por certo não são lidas pelas massas. [...] Ora, o ramo prático da política da classe dominante, durante a maior parte da história até o final do século XIX e na maioria dos países, poderia normalmente prosseguir sem muita coisa além de nossa ocasional referência à massa da população dominada. (HOBSBAWM, 2013, p. 280-281).

Hobsbawm apresenta reflexões sobre como a pesquisa histórica pode transformar seus modelos explicativos, criando caminhos para ler a história a partir do ponto de vista “dos de baixo”, daqueles homens e mulheres que historicamente não foram considerados como atores sociais relevantes, nem tiveram a oportunidade de tomar a palavra ou produzir registros sobre suas experiências coletivas.

A história dos movimentos populares, portanto, torna-se relevante ao tipo de história, ou parte dela, que tradicionalmente era escrita – a história das principais decisões e acontecimentos políticos – apenas a partir do momento em que as pessoas comuns se tornam um fator constante na concretização de tais decisões e acontecimentos. (HOBSBAWM, 2013, p. 282).

Desse modo, a história das diferentes experiências de resistência política e do processo de instauração das dominações sociais exige cuidados metodológicos com as fontes por meio das quais se pode investigar o passado. “O historiador dos movimentos populares não abdica, ou pelo menos não deveria abdicar, de seu juízo” (HOBSBAWM, 2013, p. 298), pois a análise do passado muitas vezes exige o posicionamento crítico, ético e político no presente. Assim,

O elo com o presente também é óbvio, pois o processo de compreendê-lo tem muito em comum com o processo de compreender o passado, não obstante o fato de que compreender como o passado se converteu no presente nos ajuda a compreender o presente, e provavelmente algo do futuro. Muita coisa acerca do comportamento das pessoas de *todas as classes* hoje é, de fato, tão desconhecida e não documentada quanto o foi grande parte da vida das pessoas comuns no passado. Sociólogos e outros cientistas que acompanham o desenrolar da vida cotidiana estão atentos ao

que estamos fazendo enquanto membros de nossa sociedade e de nosso tempo, podemos não estar atentos ao papel que nossos atos e crenças desempenham na criação da imagem daquilo que todos desejaríamos encarar como um cosmos social ordenado [...] ou na expressão de nossa tentativa de chegar a um acordo com essas mudanças. (HOBSBAWM, 2013, p. 299, grifo nosso).

O tempo histórico vivenciado nas nossas experiências é múltiplo e atravessado por diferentes “estratos do tempo” (KOSELLECK, 2014), assim como a escrita da história também é mediada por diferentes temporalidades. Ocorre que o historiador e a historiadora estão situados em um presente no qual formulam perguntas que irão orientar a investigação. Uma análise histórica sempre pode ser vista como possibilidade para estranhar, criticar e analisar experiências do tempo presente, pois torna possível investigar de que maneira as experiências do passado continuam repercutindo, demarcando (im) permanências na atualidade. É Hobsbawm quem nos diz que:

[...] os historiadores dos movimentos populares passam a maior parte de seu tempo descobrindo como as sociedades funcionam e quando não funcionam, e também como mudam. Não podem deixar de fazer isso, uma vez que seu objeto, as pessoas comuns, constitui a maioria de qualquer sociedade. Partem com a enorme vantagem de saber que são em grande medida ignorantes, seja dos fatos, seja das respostas a seus problemas. Também possuem a vantagem dos historiadores sobre os cientistas sociais que se voltam para a história, de saber o quão pouco sabemos do passado, o quanto é importante descobrir e qual a dificuldade do trabalho necessário para tal fim em uma disciplina especializada. Dispõem ainda de uma terceira vantagem. Sabem que aquilo que as pessoas queriam e necessitavam nem sempre foi aquilo que seus superiores, ou aqueles que eram mais espertos e mais influentes, achavam que deveriam querer. (HOBSBAWM, 2013, p. 300).

Entender, portanto, como fazer a história dos movimentos sociais e dos processos de transformação exige uma atenção às diferentes evidências históricas. Assim, o trabalho de Thompson apresentou contribuições significativas. Ele estudou temas como cultura popular, movimentos de resistência no campo e folclore. No texto *Modos de dominação e revoluções na Inglaterra*, ele faz uma interessante reflexão metodológica sobre a articulação da pesquisa histórica com abordagens sociológicas e antropológicas:

Os antropólogos e os sociólogos demonstraram amplamente a imbricação inextricável das relações econômicas e das relações não econômicas na maior parte das sociedades e a maneira pela qual interferem as gratificações econômicas e culturais. Nessas *démarches* da análise histórica ou

sociológica (ou política), é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “a reboque”, seguindo os fenômenos econômicos à distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações. (THOMPSON, 2012, p. 208).

Embora tenha sido um dos autores que exercitou de maneira rigorosa os princípios do materialismo histórico, também foi um crítico severo das interpretações que alguns autores fizeram do pensamento de Marx. Apesar de não ter escrito um número amplo de textos discutindo detidamente questões teórico-metodológicas, há duas produções marcadas por uma discussão conceitual sobre como operar com o materialismo. Estes textos são: *As peculiaridades dos ingleses* (publicado originalmente na revista *The socialist register* em 1965, organizado por Ralph Miliband e John Savile) e *A miséria da teoria ou uma planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Louis Althusser*, publicado em 1978, no qual faz uma defesa do materialismo histórico e dialético e da compreensão da história como “processo”. Neste último texto exercitou uma postura crítica ao pensamento do filósofo francês Louis Althusser e ao modo como ele pensou o marxismo em obras como *Por Marx* (1965) e *Ler o Capital* (1965). Ao se debruçar sobre tal debate, Sena Júnior afirma que:

[...] para Thompson, o marxismo de Althusser [...] nada mais era do que uma forma de idealismo ‘com atributos de uma teologia’. O abandono, pelo marxismo estruturalista, da noção de ‘experiência’, que era matéria-prima da demonstração de discursos históricos, implicaria inúmeros problemas de ordem teórica e prática, pois, ao prescindir do diálogo necessário entre ‘ser social’ e ‘consciência social’, o materialismo histórico perderia suas referências principais. (SENA JÚNIOR, 2004, p. 56).

A crítica de Thompson a Althusser esteve situada nos investimentos que os britânicos estavam fazendo. O enfoque era em como manusear as ferramentas do materialismo para compreender a cultura. Por seu lado, Althusser partia da filosofia estruturalista que no próprio contexto francês suscitou críticas e acusações aos autores vinculados diretamente ou não ao paradigma (REIS, 2000), o que também ocorreu no Brasil a partir da interpretação que alguns marxistas brasileiros fizeram do que chamaram de estruturalismo como uma espécie de sinônimo do idealismo (COUTINHO, 2010), causando mais confusão e desentendimentos, em alguns casos, do que esclarecimento e crítica pertinente. Entretanto, para Thompson, o modo de Althusser pensar o marxismo acabara por incorrer em um novo idealismo no qual as análises não tinham historicidade, tampouco sujeitos históricos espacial e temporalmente situados. Cabe lembrar que o tipo de investigação

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

e elaboração conceitual que os dois propuseram tanto partiram de áreas distintas como de procedimentos investigativos específicos da filosofia e da história social. Em *A miséria da teoria*, Thompson (1981, p. 49) reafirma sua compreensão da história como ciência e discute os aspectos teórico-metodológicos caracterizadores do materialismo. Defende uma “lógica da história” ao dizer que

[...] por lógica histórica entendo um método de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador durante todo o tempo. (A história não é, penso eu, a única a quebrar seus próprios juramentos). (THOMPSON, 1981, p. 49).

Ele defende um modelo de racionalidade e cientificidade articulado à disciplinarização da história. A articulação entre teoria e empiria se dá por meio da preocupação com a evidência que deve ser interrogada. Esta não consiste em algo inerte, mas algo que caberá ao historiador reconhecer e indagar como traço relevante na malha documental e no arquivo, tornando-a capaz de responder às hipóteses formuladas. Outro conceito caro à reflexão thompsoniana acerca da historiografia é a noção de *experiência*. Valorizando a agência dos indivíduos na história, Thompson se empenha na demonstração dos atos, falas, gestos e ações de homens e mulheres comuns. Tal noção aparece “[...] como chave para superar a contradição entre determinação e agência humana no interior da historiografia marxista” (THOMPSON, 2012, p. 43).

Em obras como *Costumes em Comum* (1980), focaliza a cultura popular da Inglaterra do século XVIII. Se a Revolução Industrial foi considerada um ponto de transformação com a consolidação do capitalismo, por outro lado Thompson se empenhou em mostrar que tal mudança não ocorreu sem resistência nem conflito. “A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor” (THOMPSON, 1998, p. 19). Ele afirma que a cultura popular é rebelde, mas na medida em

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

que luta pela manutenção e defesa de seus costumes, pois “[...] essa era uma cultura de formas conservadoras, que recorria aos costumes e procurava reforçá-los” (THOMPSON, 1998, p. 19). A ideia de costume recobre grande parte do conteúdo que depois passou a ser definido com o termo “cultura”, e o autor enfatizou que, “[...] longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, 1998, p. 17). Nesses confrontos lê-se a formação da classe. “A cultura plebeia é do povo: uma defesa contra as intrusões da *gentry*⁵ e do clero; consolida aqueles costumes que servem aos interesses do povo; as tavernas são suas, as feiras são suas, a *rough music* está entre seus meios de autorregulação” (THOMPSON, 1998, p. 21). Thompson usou o materialismo histórico para fazer a crítica da cultura, entendendo que

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17).

A análise da cultura permite ler as condições de vida de um povo. Fugindo dos “universais da cultura popular”, Thompson afirmava:

[...] espero que a cultura plebeia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a “cultura popular” é situada no lugar material que lhe corresponde. (THOMPSON, 1998, p. 17).

Para Thompson, o objeto do conhecimento histórico é a história “real”, cujas evidências são incompletas e imperfeitas. Embora o historiador ou historiadora selecione aspectos da realidade para analisar, o seu objeto de pesquisa permanece unitário, pois essa lógica da história está embasada no princípio da totalidade. Logo, a teoria não é pensada como

⁵ Refere-se à pequena nobreza ou fidalguia.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

ente desencarnado, pois ela surge de engajamentos políticos e se torna fundamental na análise da história como “processo”. Isto compreende a sucessão dos acontecimentos ou *desordens*, assim como em noções como causação, contradição, mediação e organização da vida social. Os conceitos devem ser vistos de maneira elástica, o que não quer dizer ausência de rigor, mas o cuidado para articular teoria e empiria de modo a não descaracterizar a experiência do passado. Se em *A miséria da teoria* ele havia se posicionado criticamente sobre uma “letargia conceitual” (THOMPSON, 1981; SENA JÚNIOR, 2004) da qual eram acusados/as os/as historiadores/as, ele também apresenta seu modo de entendimento sobre a relação do historiador com a teoria. Em outro trecho de *Costumes em Comum* isto fica patente:

Critiquei antes o termo “cultura”, por tender a nos empurrar no sentido de uma noção holística ou ultraconsensual. Contudo, fui levado a retomar uma descrição da “cultura plebeia” que pode estar sujeita às mesmas críticas. O que não terá grande importância, se usarmos a palavra “cultura” como um termo descritivo vago. Afinal de contas, há outros termos descritivos que são moeda comum, tais como “sociedade”, “política” e “economia”. Não há dúvida de que eles merecem um escrutínio minucioso de tempos em tempos, mas, se tivéssemos que fazer um exercício rigoroso de definição cada vez que quiséssemos usá-los, o discurso do conhecimento se tornaria bastante complicado. (THOMPSON, 1998, p. 22).

O trabalho minucioso de análise das resistências sociais, das culturas do povo, das trocas econômicas e dos significados atribuídos ao trabalho, à luta coletiva, à alimentação, ao matrimônio, entre outros temas, esteve exposto em sua narrativa convidativa. Funcionando como uma expectativa em relação ao objeto, a teoria educa o olhar e articula as evidências, tecendo um conjunto inteligível. No texto *Folclore, antropologia e história social*, ele afirma que “categorias e ‘modelos’ derivados de um contexto precisam ser testados, refinados e, talvez, redefinidos no curso da investigação histórica” (THOMPSON, 2012, p. 229). Reflete sobre a disciplina da história e algumas das suas características, ao dizer que

[...] a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas. (THOMPSON, 2012, p. 243).

Tal perspectiva reforça o estatuto do conhecimento histórico voltado para analisar processos conjunturais e estruturais na perspectiva de uma história social que, por sua vez, não prescinde da agência humana frente aos limites e possibilidades que a mediam.

Considerações finais

A história social tem sido pensada desde as releituras operadas no referencial teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético como uma perspectiva de análise da realidade histórica. Neste texto foi possível discutir como o materialismo histórico e dialético, considerado como uma teoria e uma metodologia da história, pode ser pensado tendo em vista sua conformação ao longo do tempo e por autores variados, desde a sua primeira formulação por Marx e Engels como críticos de Hegel às inovações da história social inglesa que, da sua ampliação temática e autoral, delineamos a partir do diálogo com E. P. Thompson e Dorothy Thompson.

Os historiadores marxistas britânicos partiram do materialismo histórico para fazer a história crítica da cultura, considerada como produção coletiva eivada de tensões econômicas, geracionais, de gênero, entre outros conflitos. Uma história vista de baixo permite pensar as articulações entre pesquisa histórica e o comprometimento político contra as opressões de classe e gênero, por exemplo. Abre, ainda, um leque de possibilidades documentais e heurísticas na investigação da agência humana na história. Olhando a experiência a partir das evidências dispersas no arquivo, o historiador e a historiadora podem educar o olhar para entender os mecanismos de produção, ruptura e manutenção das culturas. Pode-se perceber as sutilezas das resistências e das formas de dominação social, que não se reduzem ao modo de produção e às relações econômicas, mas interagem com fatores culturais, simbólicos e morais, que ampliam a compreensão sobre as formas do capitalismo e as resistências coletivas que tentam miná-lo ou questioná-lo. Portanto, este texto propôs uma reflexão sobre a teoria e a metodologia da pesquisa em história, descrevendo os elementos centrais a uma análise materialista dialética. Focalizou e explicitou as terminologias, procedimentos e implicações teóricas e metodológicas no processo de elaborar o conhecimento histórico, assim como mobilizou perspectivas críticas e exercícios práticos. Tentamos ainda contribuir para a reflexão sobre a historicidade da teoria da história, a fim de que se compreenda como os recursos e ferramentas conceituais, elaboradas por pensadores e pensadoras em distintos momentos, tentaram responder ou criar os meios para investigar dinâmicas, processos e sujeitos que foram vistos e reconhecidos como relevantes na investigação histórica e sociológica.

Falar sobre a historicidade da teoria indica, por fim, em duas direções básicas: a) o reconhecimento dos engajamentos e pertencimentos que articularam as trajetórias e

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

formulações intelectuais; b) a crítica dos limites e possibilidades apresentados pelo momento no qual tais formulações emergiram, recobrando determinados canteiros, mas deixando outros ainda no esquecimento. As trajetórias intelectuais de Edward e Dorothy permitem entender como ao estudar um “mesmo processo” (a Revolução Industrial e a formação da classe trabalhadora entre 1790 e 1830) ambos focalizaram aspectos distintos e mobilizaram conceitos variados para recobrir as dinâmicas privilegiadas em suas abordagens. A comparação entre a visibilidade e circulação que a obra de Thompson e outros historiadores obtiveram, diferentemente daquela obtida por Dorothy e outras historiadoras das relações de gênero, abre uma agenda de estudo e reflexão acerca da historicidade da teoria e da história da historiografia. Contudo, essa é uma conversa que se pode desdobrar em oportunidades vindouras.

Referências

ANDRADE, Débora El-Jaick. Gênero, etnia e classe na perspectiva historiográfica de Dorothy Thompson. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2017, Florianópolis. *Anais eletrônicos* [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. p. 1-8. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/D/Debora_El-Jaick_Andrade_17.pdf. Acesso em 20 de out. 2021.

BARROS, José de Assunção. *O campo da história*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

BARROS, José de Assunção. O materialismo histórico. In: BARROS, José de Assunção. *Teoria da história: os paradigmas revolucionários*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b. v. 3, p. 15-154.

BARROS, José de Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. 2. ed. Tradução Klauss Bradini Gerhardt; Roneide Venâncio Majer; Roberto Ferreira Leal. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CARVALHO, Rogério Lopes. Materialismo histórico: teoria e política. *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 10, n. 1, p. 142-152, ago. 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COSTA, Jean Henrique. Os estudos culturais em debate: um convite às obras de Richard Hoggart, Raymond Williams & E. P. Thompson. *Acta Scientiarum: human and social sciences*, Maringá, v. 34, n. 2, p. 159-168, July/Dec. 2012.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos estudos culturais. *Famecos*, Porto Alegre, n. 9, p. 87-97, dez. 1998.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set./dez. 2016.

FREITAS, Renan Springer. Thompson e a tradição marxista. *Lua Nova*, n. 24, p. 217-242, 1994.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Hardens. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JESUS, Ronaldo P. O fim do materialismo histórico na historiografia brasileira? *Crítica Histórica*, ano 11, n. 21, p. 366-395, jul. 2020.

KAYE, Harvey J. *The British Marxist historians: an introductory analysis*. Cambridge: Polity Press, 1984.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOWY, Michael. Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais*, v. 3, p. 21-30, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Apêndice VI: Marx sobre Feuerbach (1845). In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. Supervisão editorial de Leandro Konder. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 537-540.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto Comunista: organização e introdução de Osvaldo Coggiola*. Tradução do Manifesto: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 37-70.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

MARX, Karl. Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 115-138.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. v. 1.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. *Outubro*, São Paulo, v. 14, p. 81-110, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. *Trabalho necessário*, ano 12, n. 18, p. 18-41, 2014.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. *Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 113-126, ago./dez. 2006.

NANDY, Ashis. *A imaginação emancipatória: desafios para o século XXI*. Organização e revisão técnica de Lucia Rabello de Castro. Tradução de Joannes de Knegt. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NOVAIS, Fernando. A crise do antigo sistema colonial. In: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989. p. 57-116.

PALMER, Bryan D. A história enquanto debate: a análise contestadora de “A formação da classe operária inglesa”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 10, p. 13-35, jul./dez. 2013.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da história: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do Autor: Editora da UFRGS, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RALPH, Ludwig. *Fenomenologia do espírito: uma chave de leitura*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. v. 1.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Outros Tempos, vol. 19, n. 33, 2022, p. 57-89. ISSN: 1808-8031

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 39-72, 2004.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Organização e tradução: Tomaz Tadeu. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

THOMPSON, Dorothy. Marxismo e história. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, p. 209-221, 2004.

THOMPSON, Dorothy. Las mujeres y la radicalidad política en el siglo XIX: una dimensión ignorada. *Mora*, n. 19, p. 65-82, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Revisão técnica de Antônio Negro, Cristina Meneguelo e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 9. ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2018a. v. 1.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. 9. ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2018b. v. 2.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. 9. ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2018c. v. 3.

WILLIAMS, Raymond. *Palabras clave: un vocabulario de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

ZAGO, Luís Henrique. O método dialético e análise do real. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 127, p. 104-124, jun. 2013.